

Jornalismo e riscos

Introdução

FRANÇOIS DEMERS

Professeur
Université Laval
Canada
francois.demers@com.ulaval.ca

RENAUD DE LA BROUSSE

Professeur
Université Linnaeus
Suède
renaud.delabrosse@lnu.se

MARIE-SOLEIL FRÈRE

Chercheure
Université Libre de Bruxelles
Belgique
msfrere@ulb.ac.be

SYLVIA MORETZSOHN

Professora
Universidade Federal Fluminense
Brasil
sylviamoretz@uol.com.br



chamada de artigos para este dossiê temático sobre os “perigos e riscos” apresentava o jornalismo como uma extensão da liberdade de informar, supondo não apenas a liberdade de dar a conhecer mas também a de buscar a informação de modo sistemático e de entendê-la como uma atividade profissional. A preocupação em relação à liberdade de expressão, tão antiga quanto os direitos do homem, parece ser atual por pelo menos três motivos:

1. A prática profissional do jornalismo sempre implicou riscos, é confrontada atualmente por outros perigos, resultado de um ambiente político e econômico instável, que aumenta, estimula ou provoca, em várias partes do mundo, a prática da corrupção, os tráficos ilegais e imorais, a impunidade da violência e a insegurança física;
2. A figura do jornalista convocada aqui não é a tradicional, da dedicação sacerdotal para a qual seria normal viver como herói e terminar como mártir, ou mesmo a do cidadão excepcional, único e olímpico, mas a do trabalhador especializado, assalariado ou freelancer, que realiza funções consideradas, em princípio, social e juridicamente legítimas;

Pour citer cet article, to quote this article, para citar este artigo :

François Demers, Renaud de La Brosse, Marie-Soleil Frère, Sylvia Moretzsohn, « Journalisme e riscos. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 7, n°1 - 2018, 15 juin - June 15 - 15 de junho.
URL : <http://www.surlejournalisme.com/rev>

3. A extensão da vigilância generalizada, graças às tecnologias digitais, permite às fontes públicas e privadas armarem-se de inúmeras informações sobre o jornalista e suas atividades, o que lhes proporciona, mais do que antes, condições de dificultar o trabalho do profissional.

Obviamente, examinar por esse ângulo a prática do jornalismo no contexto contemporâneo é algo muito abrangente. Sugere múltiplas linhas de reflexão e inúmeras questões emergem. Que tipo de performance o jornalista pode desempenhar diante do banditismo, da degradação e da corrupção dos Estados? Como se constroem as alianças com outros atores, empenhados em se opor à evolução desse quadro, a fim de viabilizar a atividade jornalística sem riscos desnecessários? Que fórmulas emergem para abrandar a precariedade do jornalista numa estrutura de trabalho que transfere a ele, exclusivamente, a organização e as consequências de suas tarefas? Como os jornalistas utilizam os meios eletrônicos de vigilância de que podem dispor – drones, geolocalizadores, bases de dados etc.? Por outro lado, como se defendem do uso desses mesmos instrumentos quando utilizados contra si?

São raros os estudos sobre essas diversas questões, o que reflete a inevitável defasagem entre a pesquisa em jornalismo e a prática jornalística cotidiana num contexto particularmente sacudido por uma avalanche de mudanças. Entretanto, apresentamos neste número temático sete textos que, cada qual a seu modo, mostram que o mundo da pesquisa começa a observar e documentar esses novos riscos, e recordam como, em outros contextos de perigo, o jornalismo pôde ser resiliente e desenvolver táticas de dissimulação, esquiva e resistência.

Alguns desses textos contribuem especialmente para inventariar esses riscos ao jornalismo. É o caso do estudo dos ataques armados ocorridos em Ottawa e Saint-Jean-sur-Richelieu, no Canadá, em outubro de 2014, apresentado por Marie-Eve Carignan, professora na Université de Sherbrooke, no Québec. Seu trabalho é emblemático das questões éticas postas à mídia e aos jornalistas nas sociedades ocidentais avançadas, onde detalhados princípios deontológicos se consolidaram ao longo do tempo. Mais especificamente, Marie-Ève Carignan utiliza a jurisprudência do Conselho de Imprensa do Québec (CPQ, na sigla original) para expor o comportamento instável da mídia diante desses dois atentados e mostrar, através disso, os limites da autorregulação.

Por sua vez, Chrisanti Giotis, doutoranda na University of Technology de Sydney, Austrália, lança luz sobre o papel das zonas internacionalizadas, instala-

das nos países em crise, cada vez mais entrenchadas e afastadas das comunidades locais e designadas como “*aidlands*” ou “*peacelands*”, na conformação de um enfoque distorcido por parte dos estrangeiros, o que inclui os correspondentes. Para a pesquisadora, esses correspondentes estão de algum modo “*embedded*” – no sentido aplicado aos correspondentes de guerra incorporados às tropas que lutam no front – no domínio definido territorial e intelectualmente pela ação humanitária e pelos atores do dito “desenvolvimento internacional”. Ela ilustra seu trabalho com entrevistas com seis “*fixers*” – atores locais responsáveis por ajudar jornalistas estrangeiros no trabalho de apuração – e com observações realizadas na cidade de Goma, na República Democrática do Congo. Considera os riscos dessa imbricação como dificuldades não-materiais e perigos não-físicos que questionam a qualidade e a ética da reportagem internacional, suspeita de estimular, dessa forma, um conhecimento limitado e equivocado dos países e dos conflitos com os quais estão lidando.

Já Sílvia Torres, doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, num trabalho de história que analisa a cobertura midiática da guerra colonial em Angola entre 1959 e 1975, mostra que uma publicação pode conseguir, apesar de tudo e ainda que limitadamente, dar visibilidade a um conflito que de outra forma poderia ter passado despercebido. Através do método clássico da análise de conteúdo, aplicado às edições publicadas entre 1961 e 1974 da *Notícia*, revista semanal sediada em Luanda, e com entrevistas com profissionais que trabalhavam naquela época na mídia de Angola, Sílvia Torres mostra como os repórteres apelaram a recursos profissionais para conseguirem, apesar da censura, dar relevância àquele conflito.

O texto seguinte, de Patricia W. Elliott, professora adjunta na Escola de Jornalismo da Universidade de Regina, em Alberta, no Canadá, é de certa forma um desdobramento do anterior no que diz respeito à abordagem de um jornalismo possível, num contexto tão limitador como o de uma guerra, mas que abrange um período ainda mais longo, no quadro de uma ditadura militar feroz. Trata-se dos mais de 50 anos da ditadura militar na ex-Birmânia, conhecida hoje como Mianmar ou Burma. Seu estudo descreve as percepções de risco do ponto de vista dos próprios jornalistas e as razões pelas quais eles continuaram a fazer jornalismo apesar das ameaças de prisão, exílio ou morte. A autora descreve, ao mesmo tempo, o contexto que conduziu os jornalistas a desempenhar um papel importante na abertura para uma fase de democratização em 2011. Sua pesquisa revela, finalmente, que, sob a superfície do controle estatal durante a ditadura, encontra-se

uma impressionante diversidade de expressões públicas, nas mídias étnicas, nas agências de imprensa no exílio, nos jornalistas-cidadãos, nos blogueiros e mesmo nas mídias permitidas pelo Estado militar.

Seguem-se três textos sobre o exercício do jornalismo num país da América do Norte há muito tempo formalmente democrático e, mais ainda, desde 2000, quando começou a alternância de partidos políticos na presidência: o México. Os dois primeiros tratam de agressões não-físicas e das condições estruturais que tornam insegura a prática do jornalismo. Diana Denisse Merchant, doutoranda em Ciências Sociais no Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social (Ciesas, Occidente), em Guadalajara, estuda a situação em Baja California, o estado mais ao norte do país na costa do Pacífico. No mapa, esse estado parece quase separado do México, como se fosse um prolongamento, para o mar, da Califórnia estadunidense. A autora observa a diversidade das situações regionais do jornalismo no México. Sobre a Baja California, ela argumenta que os jornalistas vivem permanentemente sob ameaça de agressão econômica, ética e psicológica e que essas pressões refletem a precariedade geral dos jornalistas no país. A pesquisadora se concentra então na descrição das estratégias desenvolvidas pelos jornalistas da imprensa escrita para evitar, contornar e livrar-se dessas agressões. Tais manobras foram acompanhadas durante 12 meses, em 2014, junto a diferentes jornalistas de cinco municípios. As observações foram complementadas com 25 entrevistas com jornalistas e mais cinco com responsáveis pela comunicação oficial. A autora analisa esses dados considerando os jornalistas não como vítimas puras e simples que suportam a opressão mas, antes, como “agentes” que enfrentam essa situação.

Víctor Hugo Reyna García, doutorando em Ciências Sociais no Colégio de Sonora, na cidade de Hermosillo, detém-se também sobre as ameaças permanentes que pesam sobre os jornalistas mexicanos, colocando em segundo plano a “crise de segurança” que se tornou emblemática nesse país que conheceu dezenas de mortes de profissionais ao longo dos últimos anos. De fato, ele centra o seu olhar em outra direção, a da insegurança no trabalho, endêmica no México. Com esse objetivo, baseia-se na obra do sociólogo alemão Ulrich Beck sobre a *sociedade do risco* e, em particular, sua série de pesquisas sobre a sociologia do trabalho, segundo a qual, nesse campo como nos demais, crescem os riscos e a incerteza na sociedade contemporânea. No quadro teórico assim definido, o doutorando insere três conceitos clássicos da sociologia do trabalho: a segurança no emprego, a qualificação e a satisfação. Finalmente, alimenta essa grade de análise com referências a trabalhos

empíricos, esparsos, que examinaram as condições do exercício da profissão de jornalista no México nas últimas décadas, aos quais acrescenta dados empíricos que vêm sendo obtidos em sua própria pesquisa.

O terceiro texto sobre o México, que encerra este número, é obra de três autores: Salvador De León Vázquez, pesquisador no Departamento de Comunicação da Universidade Autónoma de Aguascalientes, e dois assistentes do mesmo Departamento, a pesquisadora adjunta Alejandra Bravo Ponce e a mestrandia E. Maritza Duarte Alcántara. O artigo apresenta três organizações de autoajuda criadas por jornalistas que chegaram à conclusão de que não adiantava praticamente nada apelar às instâncias governamentais, oficialmente responsáveis pelos serviços de assistência, diante de sua ineficácia. Esses jornalistas resolveram criar suas próprias redes, que propiciam a troca de experiências entre si, de modo a prevenir ou evitar a violência física, enfrentar as ameaças de fontes que gozam de autoridade, as humilhações e represálias de superiores hierárquicos nas redações ou o perigo representado pela atuação da polícia, dos militares e dos criminosos. Essas iniciativas de auto-organização brotaram em três áreas diferentes: a Cidade do México, a cidade de Juarez, no estado de Chihuahua, no norte do país, e a cidade de Tuxtepec, em Oaxaca, ao sul, na costa do Pacífico. Outras organizações de autoajuda estão surgindo, dizem os autores. São iniciativas que se relacionam diretamente com o clima de extrema insegurança instalado pela guerra aos narcotraficantes declarada pelo presidente Felipe Calderón Hinojosa, desde sua ascensão ao poder, em 2006.

A ordem na qual apresentamos esses artigos indica o sentido que os próximos trabalhos sobre perigos e riscos do jornalismo serão provavelmente incentivados a se orientar. De fato, o primeiro, sobre o terrorismo no interior dos países democráticos, anuncia as restrições de segurança com as quais o jornalismo ali realizado terá de lidar nos próximos anos. Os três seguintes recordam, cada qual a seu modo, os limites e distorções do olhar ocidental sobre o resto do mundo que suas mídias e repórteres procuram sedimentar. O artigo sobre o trabalho dos correspondentes internacionais em Goma, na República Democrática do Congo, evoca o crescente confinamento físico da maioria dos correspondentes em hotéis estadunidenses nos guetos internacionalizados e seguros em áreas humanitárias. Também, o enquadramento moral que eles devem dar em seus textos, limitados às boas intenções das ONGs internacionais. Essas situações se multiplicam no mesmo ritmo das guerras e conflitos no resto do mundo. Significa dizer que o jornalismo conhece as restrições impostas pela censura decorrente do conflito armado, além daquelas que ocorrem nas ditaduras

ou nos regimes singelamente qualificados como autoritários. Quanto aos três artigos sobre o México, eles parecem abordar uma concepção mais tradicional do risco que os jornalistas correm, mas, no contexto atual, de alguma forma reverberam o primeiro texto sobre o terrorismo. O México vive há muito tempo num regime de segurança armada. Assim, o modo como os jornalistas sobrevivem e atuam ali

prefigura, talvez, como os profissionais de outras paragens e no futuro, inclusive nos países democráticos ocidentais, serão levados a aprender a navegar, a usar a astúcia, a lidar com o perigo. A experiência mexicana pode ser exemplar e útil num contexto em que o jornalismo parece fundamentalmente desestabilizado, mesmo nos regimes democráticos.